

APOIO:



BOLETIM

Edição 1 – Julho de 2010

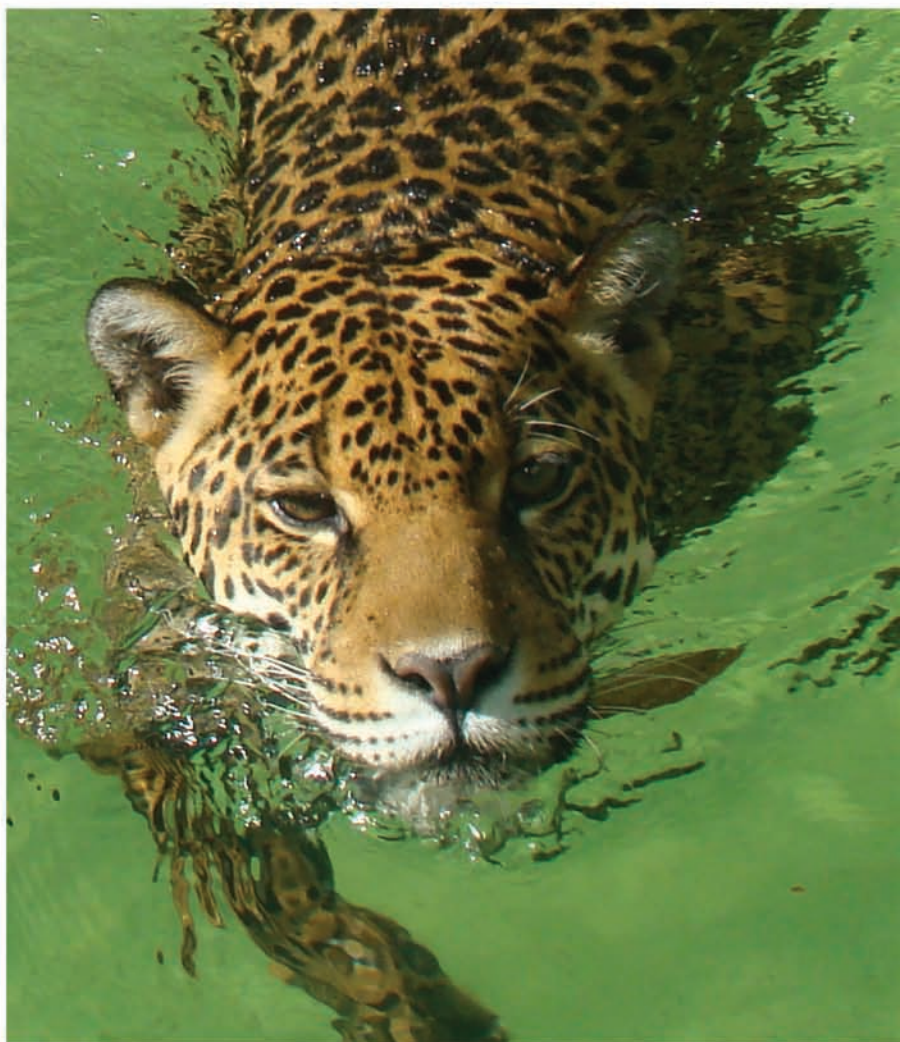
Secretaria do planejamento
contesta estrutura de Defesa
Agropecuária do Brasil.

Entrevista com Paulo Bressan,
do Parque Zoológico
de São Paulo.

Cuidados intensivos
em cães e gatos.

Terapia mediada por animais:
uma prática veterinária.

CRMV-SP prepara, para
setembro, revista de Educação
Continuada.



Veja, ainda, outras matérias inéditas.



EXPEDIENTE

Editoria: APAMVET

Comitê Editorial:

Eduardo Harry Birgel
 Alexandre J.L. Develey
 José Cezar Panetta
 José De Angelis Côrtes
 José Luiz D' Angelino
 Arani Nanci Bomfim Mariana
 Manoel A.S.C. Portugal
 Olympio Geraldo Gomes
 Waldyr Gandolfi

Redatores:

Acadêmicos da APAMVET

Jornalista responsável:

Regina Lúcia Pimenta de Castro (M.S. 5070)

Consultoria operacional/editoração:

DPI STUDIO E EDITORA LTDA,
 Fone: 11-3207.1617
 dpi@dpieditora.com.br

Tiragem: 25.000 exemplares

Impressão:

Apoio:

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo – CRMV-SP

Redação:

Av. da Liberdade, 834 – 3º andar
 Liberdade – São Paulo-SP – cep 01502-001
 Fone: 11-3209.9747; Fax: 3209.4505
 E-mail: spmv@spmv.org.br
 Site: www.apamvet.com
 www.spmv.org.br/apamvet/index.html

APAMVET Boletim é publicação oficial da Academia Paulista de Medicina Veterinária, dirigida aos médicos-veterinários do Estado de São Paulo, cujo objetivo é o de informar sobre assuntos concernentes a atividade profissional, em todas as áreas de especialização. Distribuição gratuita

Relação dos Patronos e Acadêmicos da ACADEMIA PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA – APAMVET:

Cadeira	Patrono	Acadêmico
1ª	René Straunard	Alexandre Jacques Louis Develey
2ª	Adolpho Martins Penha	Vicente do Amaral
3ª	Leovigildo Pacheco Jordão	Arani Nanci Bomfim Mariana
4ª	Paschoal Mucciolo	José César Panetta
5ª	Ernesto Antonio Matera	Eduardo Harry Birgel
6ª	Mário D'Apice	Waldyr Giorgi (falecido em 2009)
7ª	José de Fatis Tabarelli Neto	Raphael Valentino Riccetti (faleceu em 2007 e foi eleito patrono da APANVET)
8ª	Armando Chieffi	Renato Campanarut Barnabe
9ª	Orlando Marques de Paiva	(vaga no momento).
10ª	Oswaldo Domingues Soldado	Olympio Geraldo Gomes
11ª	João Barisson Villares	Flávio Prada
12ª	René Corrêa	Hélio Emerson Belluomini
13ª	Euclides Onofre Martins	Manoel Alberto Silva Castro Portugal
14ª	Ângelo Vincenzo Stopiglia	Benedicto Wladimir de Martin
15ª	Adayr Mafuz Saliba	(vaga no momento).
16ª	Emílio Varoli	Hannelore Fuchs
17ª	Sebastião Nicolau Piratininga	José Luiz D'Angelino
18ª	Moacyr Rossi Nilsson	Mário Nakano
19ª	Dinorberto Chacon de Freitas	Feres Saliba (falecido em 2009).
20ª	Sebastião Timo Iaria	Luiz Brás Siqueira do Amaral
21ª	Uriel Franco Rocha	Irvênia Luiza de Santis Prada
22ª	Geraldo José R. Alkimin	Hélio Ladislau Stempniewski
23ª	Romeu Diniz Lamounier	Waldyr Gandolfi
24ª	João Soares Veiga	Kenji Iryo
25ª	Quineu Correia	Laerte Sívio Traldi (falecido em 2010)
26ª	Décio de Mello Malheiros	Mitika Kuribayashi Hagiwara
27ª	Paulo Bueno	Luiz Klingner dos Santos
28ª	Carlos de Almeida Santa Rosa	Rufino Antunes de Alencar Filho.
29ª	Plínio Pinto e Silva	Vicente Borelli
30ª	Raphael Valentino Riccetti	José de Angelis Côrtes



ACADEMIA PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Junto a SPMV – Avenida da Liberdade n.º 834 - 3º andar

CEP – 01.502-001 São Paulo-SP

E-mail: spmv@spmv.org.br

Fone (011) 3209-9747 e Fax (011) 3207-4505

Site : www.spmv.org.br/apamvet/index.html

Autoria das fotos:

Oriel Nogali - Zoo SP

As propostas do boletim e a integração com o CRMV-SP.

Criada há poucos anos, a Academia Paulista de Medicina Veterinária, APAMVET, apresenta à comunidade médico-veterinária do Estado de São Paulo o presente Boletim, cujo escopo primordial é o de levar aos profissionais informações, esclarecimentos, subsídios técnicos e aspectos sócio-econômicos da profissão, que possam enriquecer e facilitar o dia-a-dia dos mais de 25.000 médicos veterinários paulistas. A APAMVET deseja, com o Boletim, servir de ponte entre os anseios dos profissionais que militam em todo o Estado e as entidades representativas da classe, como o CRMV-SP, a Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, o Sindicato dos Médicos-Veterinários do Estado de São Paulo e as instituições governamentais e privadas ligadas à profissão.

Conscientes de que as entidades de classe serão cada vez mais úteis aos profissionais no momento em que se integrarem umas às outras, usarem a mesma linguagem em relação aos pleitos dos profissionais e servirem como eixo representativo perante as instituições públicas e privadas que se relacionam com as diferentes áreas do exercício profissional, nosso primeiro passo para a formalização do Boletim foi procurarmos o CRMV-SP e, com o Conselho, prepararmos um informativo conjunto, que espelhasse objetivos comuns, propostas que satisfizessem as mais diferentes contingências profissionais. E com esse desiderato, devemos render agradecimentos e homenagens ao nosso CRMV-SP pela receptividade e apoio incontestes às idéias e propostas da APAMVET e que tornaram possível a concretização da iniciativa.

Acreditando, pois, na integração das nossas entidades (é sempre preciso agradecer à SPMV, pela guarida que ofereceu à Academia, permitindo que usássemos sua sede para as reuniões), na busca do bem comum, oferecemos aos profissionais médicos-veterinários do Estado de São Paulo o APAMVET BOLETIM, pedindo-lhes que interajam com ele, enviando informações e comentários que julguem importante divulgar, sirvam-se dele, como ponte para reivindicar e mostrar suas idéias, atitudes e realizações.

Outras atividades e realizações seguir-se-ão ao Boletim, das quais uma das mais importantes será, sem dúvida, a decisão do CRMV-SP de reativar a Revista de Educação Continuada, que será co-editada pelo Conselho e a APAMVET, cuja circulação representará enorme ganho para a comunidade médico-veterinária paulista, tendo em vista que será o órgão técnico do CRMV-SP e, dessa forma, gerará valiosos benefícios aos profissionais, no que concerne ao aporte técnico de pesquisa e aperfeiçoamento profissional. Os quatro números anuais, editados sob convênio CRMV-SP/APAMVET, representarão, a um tempo, estímulo

à divulgação técnica, ao aprimoramento profissional e à elaboração e disseminação da pesquisa. A Academia encarregar-se-á do recebimento do material científico, de sua análise e aprovação pela Comissão Técnica e de sua entrega à Comissão Editorial do Conselho que, por sua vez, incumbir-se-á de sua diagramação, impressão e distribuição.

Para a APAMVET, esta situação é deveras honrosa e vem ao encontro de suas atribuições estatutárias de, entre outras, preservar, promover e intercambiar o conhecimento técnico-científico, cultural e social entre os profissionais e entre as entidades congêneres, instituições públicas e privadas, cujas atividades estejam ligadas à Medicina Veterinária e contribuir para o desenvolvimento da cultura veterinária; esperamos que possamos ser úteis ao CRMV-SP e à nossa profissão e que, este convênio constitua-se como um marco na história da medicina veterinária paulista. Louvamos a decisão tomada pelo plenário do CRMV-SP, pois ela vem ao encontro dos objetivos mais nobres da nossa profissão e honram as intenções e tradições das entidades representativas da Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.

Prof. Eduardo Harry Birgel
Presidente da Academia Paulista
de Medicina Veterinária

A decisão do CRMV-SP em reativar a revista de educação continuada.

Prezados médicos-veterinários e zootecnistas de São Paulo. A circulação deste boletim coincide com a decisão do CRMV-SP em reativar a revista de Educação Continuada, órgão técnico de divulgação do nosso Conselho. É antiga a preocupação para que a publicação voltasse a chegar às mãos dos profissionais de São Paulo, dada a importância de que se reveste para a atualização e aprimoramento dos colegas médicos-veterinários e zootecnistas. Sua volta vem marcada por cuidadoso processo de reformulação, ampliação e modernização. Para a nova fase está prevista a publicação de quatro números anuais, tanto na forma impressa como em versão eletrônica.

Buscando a somatória dos esforços das entidades representativas da classe médica veterinária paulista, foi idealizada uma parceria entre o CRMV-SP e a Academia Paulista de Medicina Veterinária (APAMVET). Assim os acadêmicos, especialistas nos mais diversos campos de atuação da Medicina Veterinária, passarão a atuar como revisores dos artigos e o Conselho Editorial da APAMVET exercerá as funções de Editor Associado da revista, cuja denominação também será alterada para Revista de Educa-

ção Continuada em Veterinária e Zootecnia (RECVZ), órgão técnico representativo do CRMV-SP.

A RECVZ destina-se a publicação de artigos do tipo revisão, técnicos, relato de casos e ensaios. No caso dos artigos técnicos o objetivo é a publicação de contribuições destinadas a educação continuada, uma vez que contribuições científicas com resultados de pesquisas originais devem ser publicadas em revistas especializadas. A estrutura é livre, devendo conter: resumo, introdução, objetivos, desenvolvimento e referências. As normas detalhadas são apresentadas no site do CRMV SP. Neste Boletim, apresentamos detalhes da nova publicação, inclusive com os critérios para a remessa de material técnico. Detalhe importante, é que a revista de Educação Continuada trará encartado o Boletim da

APAMVET e, assim, os médicos-veterinários e zootecnistas os receberão conjunta e periodicamente.

Conclamamos, portanto, a todos os Colegas para que elaborem artigos técnicos, ou apresentem casos clínicos ou relatos objetivos em suas respectivas áreas de especialização, submetendo-os para publicação na RECVZ, pois assim estarão colaborando para que ela cumpra a missão de constituir-se num veículo eficaz de comunicação, entrosamento e desenvolvimento técnico da Medicina Veterinária e da Zootecnia.

M.V. Francisco Cavalcanti de Almeida
Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.



CORRESPONDÊNCIA

O APAMVET Boletim abre este espaço especial para estabelecer uma permanente correspondência entre a Academia e os nossos Colegas e leitores em geral. Esta seção está, a partir deste número, à disposição dos médicos-veterinários do Estado de São Paulo, para acolher suas opiniões, sugestões, críticas, pedidos de informações científicas, etc.

E-MAIL PARA CORRESPONDÊNCIA: [spmiv@spmv.org.br](mailto:spmv@spmv.org.br)

Associação dos veterinários espanhóis especialistas em pequenos animais oferece intercâmbio com a Academia.

Prezado Dr. Alexandre Develey, tesoureiro da Academia Paulista de Medicina Veterinária. Muito obrigado por contactar-me e dar prosseguimento a nossa conversa em São Paulo, há alguns meses, durante o Congresso da WSAVA 2009. Nós, na AVEPA (Associação de Veterinários Espanhóis Especialistas em Pequenos Animais), estamos encantados em poder colaborar com sua publicação em temas relativos a gestão de negócios veterinários, bem como a outros temas científicos e profissionais.

A título de contra partida à apresentação destes trabalhos sobre gestão, científicos etc., gostaríamos, se fosse possível, de poder contar com uma página neste Boletim, na qual pudéssemos compartilhar com os colegas veterinários brasileiros algumas de nossas atividades de formação ou profissionais, como o Congresso anual da SEVC – Sou-

thern European Veterinary Conference – Congresso Veterinário do Sul da Europa de Europa, publicações, trabalhos de especialização, etc. Isto seria possível? Obrigado e abraços.

Joaquin Aragones

AVEPA - Asociacion de Veterinarios Españoles Especialistas en Pequeños Animales, diretor
Paseo San Gervasio 46-48, E-7
08022 Barcelona, Spain
Tel. office +34932531522
Fax office +34934183979
jaragones@sevc.info



ASOCIACION DE VETERINARIOS ESPAÑOLES
ESPECIALISTAS EN PEQUEÑOS ANIMALES

Secretaria do Planejamento contesta estrutura de defesa agropecuária do Brasil.

Severa avaliação, conduzida pelo próprio governo, cobra o fim da sobreposição de funções entre União, estados e municípios, pede um marco regulatório consistente para o setor e prega a urgência da criação de uma agência reguladora de defesa agropecuária.

A estrutura da defesa agropecuária brasileira, fundamental para garantir acesso dos produtos do agronegócio ao mercado externo, é “inadequada”, registra um “enorme descompasso” na quantidade e capacitação dos recursos humanos, conta com laboratórios de análise “deficientes” e tem uma fiscalização “insuficiente”, conclui a análise do Portal do Planejamento, retirado da internet na última sexta-feira, após o Valor divulgar as avaliações críticas sobre programas do governo.

A seção “reflexões críticas” sobre a defesa agropecuária aponta ter havido “poucos avanços” na qualidade de produtos e processos “num sentido mais amplo” e afirma que, mesmo diante do diagnóstico, o governo restringe-se a “atuações típicas” em defesa sanitária.

A severa avaliação da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) sobre as ações do próprio governo cobra o fim da sobreposição de funções entre União, Estados e Municípios, pede um marco regulatório “consistente” para o setor e prega a urgência da criação de uma agência reguladora de defesa agropecuária. Há necessidade, segundo a análise, de separar a formulação e a operacionalização das normas de política de qualidade, com a concentração das decisões regulatórias numa única instância federal. Ocorre que o governo Luiz Inácio Lula da Silva esvaziou, em muitos casos, o poder das agências reguladoras, deixando aos ministérios a fiscalização das políticas setoriais.

O documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão afirma que as metas de combate à aftosa, por exemplo, estão longe de ser cumpridas pelo governo. “Persistindo a situação atual, não se alcançará a erradicação da febre aftosa e somente se manterá a epidemia ao nível de controle, permanecendo a possibilidade de difusão da doença às zonas livres”, afirma o texto.

A análise crítica do Planejamento aponta que os regulamentos de defesa sanitária animal e vegetal, datados de 1934,

“não mais atendem os objetivos mais amplos de garantia de qualidade dos produtos” nacionais. “Por isso, é necessária a revisão e adequação da legislação vigente”, afirma o Planejamento.

Em outra crítica contundente, o Portal do Planejamento aponta que o Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) é “incipiente”, “lento” e carece de integração com Estados e Municípios. A avaliação do portal atribui “distorções e conflitos” do sistema à falta de definição sobre os limites de competência de cada nível de administração. Os gestores apontam, ainda, dificuldades legais para garantir a melhoria dos serviços. Os repasses de recursos da União a Estados e Municípios têm sido impedidos pela inadimplência dos demais entes federativos, aponta o texto. É preciso alterar a lei, segundo o Portal do Planejamento, para evitar a mistura do poder de polícia do Estado com a produção de provas laboratoriais. “Quem aplica a legislação, não deve exercer o poder normativo e regulamentar”, anota o documento oficial do governo. O Planejamento prega a urgência de “reorganizar as instituições e instâncias específicas de forma a evitar a sobreposição de funções” no sistema de defesa agropecuária.

Ipsis Literis

“A forma como se estrutura a defesa agropecuária nacional apresenta-se inadequada para atender aos desafios demandados pela agricultura brasileira. Apesar do desenvolvimento da sanidade agropecuária no Brasil nos últimos anos, poucos avanços houve na questão da qualidade produtos e processos num sentido mais amplo, o que seria crucial para a sustentabilidade da agricultura brasileira. O Brasil deve adotar a qualidade de produtos e processos como estratégia de inserção competitiva, ao invés de apenas restringir-se a atuações típicas em defesa sanitária e à instituição de áreas livres. O Brasil necessita instituir um marco regulatório consistente, envolvendo legislação, institucionalidade e competências dos entes federativos.” (Fonte: Valor Econômico, 23/06/2010.)

O Boletim oferece suas páginas a classe medico veterinária para notícias, relatos de caso e artigos de divulgação técnica. Os textos serão submetidos a apreciação do Comitê editorial. Mande suas colaboração !

Gripe A (H1N1): vigilância e prevenção.

Decorrido mais de um ano após o surgimento do novo vírus de influenza (A/H1N1), que se iniciou no México em abril de 2009, muitas ações já foram realizadas no mundo, sejam elas de pesquisa, prevenção ou controle. A Coordenadoria de Defesa



Agropecuária (CDA/SAA-SP), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, participa desse processo de atenção a nova enfermidade pandêmica, atuando principalmente na vigilância dos rebanhos de suínos.

O vírus pandêmico A/H1N1 não foi diagnosticado em suínos no Estado de São Paulo e nem em outros Estados brasileiros. O sistema de vigilância adotado pela CDA/SAA-SP prioriza o monitoramento de propriedades rurais com suínos que tenham histórico de contato com pessoas comprovadamente infectadas pelo novo vírus. Também é dada especial atenção aos sistemas de produção de suínos, cujos animais apresentem problemas respiratórios. Este trabalho tem como fonte de informação as notificações recebidas e a busca ativa de evidências epidemiológicas. O trabalho de vigilância é constante, pois os suínos são suscetíveis ao novo vírus.

Os sinais clínicos são semelhantes aos observados em humanos, e idênticos aos provocados por outras cepas de influenza comum do próprio suíno. A principal via de transmissão é o contato direto, por meio de secreções nasofaríngeas contaminadas pelo vírus. A carne suína e seus derivados, inspecionada pelo serviço oficial (SIF, SISP ou SIM), e manuseados de acordo com as boas práticas de higiene, comprovadamente não são fontes de disseminação do vírus da influenza.

Devemos proteger os rebanhos suínos de uma eventual infecção pelo vírus A/H1N1. Para os sistemas de criação uma das medidas mais importantes a serem aplicadas é a Biosseguridade. A prevenção sempre foi e continuará sendo a melhor estratégia a ser aplicada. Recomendamos a todos

os produtores de suínos que façam o monitoramento para doenças respiratórias sugestivas de gripe e intensifiquem as medidas de Biosseguridade em suas propriedades e, qualquer eventualidade, notifique a Defesa Agropecuária para o atendimento.

Med. Vet. Luís Guilherme de Oliveira

Gerente do Programa Estadual de Sanidade de Suídeos – PESS/CEDESA

Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA/SAA-SP

luis.guilherme@cda.sp.gov.br

Campinas, 04 de maio de 2010.

Acadêmico Manuel Portugal recebe a Medalha “Rocha Lima”.

Durante a sessão de encerramento da Reunião Anual do Instituto Biológico de 2010, realizada em São Paulo em maio último, evento que tradicionalmente reúne pesquisadores, profissionais e estudantes em torno de questões emergentes da agropecuária paulista e brasileira, o acadêmico Manuel Alberto da Silva Castro Portugal, pesquisador científico aposentado no Instituto após trinta e cinco anos de trabalho ininterrupto, foi homenageado com a Medalha “Rocha Lima”, instituída



Manuel Portugal agradece a láurea recebida.



Frete e verso da Medalha "Rocha Lima"

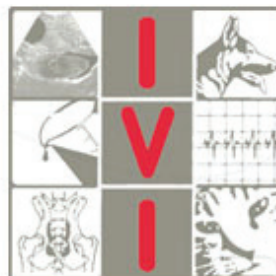
pela Sociedade Paulista de História da Medicina, em comemoração ao cinquentenário da descoberta e caracterização da *Rickettsia prowazekii*, em 1966.

A Medalha e respectivo Diploma foram entregues por diretores do Instituto Biológico e membros da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado de São Paulo, durante sessão na qual imperou o espírito de reconhecimento e confraternização e da qual participaram ilustres pesquisadores já afastados do Instituto pela aposentadoria, amigos e colegas do Dr. Portugal que, embora muito emocionado, conseguiu manter seu temperamento alegre e companheiro. A Academia Paulista de Medicina Veterinária (APAMVET) fez-se representar pelo seu presidente, acadêmico Eduardo Harry Birgel e pelo tesoureiro, acadêmico Alexandre Develey.

A láurea conquistada pelo acadêmico Portugal remete ao significado da obra de Henrique da Rocha Lima (1879-1956), diretor do Instituto Biológico de S. Paulo de 1933 a 1949, um dos pioneiros da ciência médica experimental, realizada no Brasil e na Alemanha, que contribuiu decisivamente para o progresso do conhecimento humano das chamadas doenças tropicais, que culminou com a identificação do agente etiológico do tifo exantemático (*Rickettsia prowazekii*), durante a primeira Grande Guerra, em 1916. Reconhecendo o valor do trabalho de Rocha Lima e dos pesquisadores do Instituto Biológico em prol da patologia animal e vegetal, o então governador do Estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros, por decreto de 1966, considerou a medalha "Rocha Lima" como de caráter cultural do Estado.

Tais reminiscências foram lembradas pelo Dr. Portugal em seu discurso de agradecimento, no qual enalteceu os antigos mestres, destacando Mário D'Ápice e Adolpho Martins Pennha, ambos patronos da APAMVET. Rememorou sua carreira, iniciada na seção de Epizootias e, em seguida, na de Assistência Veterinária, sob a chefia do também acadêmico Luiz Braz Siqueira do Amaral para, depois, dirigir a seção de Bacteriologia Animal e a Divisão de Atividades Complementares. A íntegra do discurso, que emocionou a platéia, encontra-se no site da APAMVET (www.apamvet.com).

Cursos em diagnóstico por imagem.



O Instituto Veterinário de Imagem, IVI, está oferecendo cinco módulos de cursos para atender as diferentes necessidades de médicos-veterinários e estudantes de último ano, interessados em aperfeiçoamento nessa área. São os seguintes: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RADIODIAGNÓSTICO VETERINÁRIO, com 350 horas, e CURSO TEÓRICO-PRÁTICO DE ULTRASSONOGRAFIA VETERINÁRIA, com 97 horas. Os dois cursos serão ministrados no período de 03 de agosto a 16 de dezembro de 2010.

Os dois cursos contam com o apoio da Associação Brasileira de Radiologia Veterinária, do Colégio Brasileiro de Radiologia Veterinária e é recomendado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo. Informações sobre os cursos e o IVI podem ser obtidos pelo telefone 11-3034.5447, pelo site www.ivi.vet.br ou pelo e-mail ivi@ivi.vet.br

CURSO



De 20 a 22 de agosto de 2010, será realizado na sede do CRMV- SP a Rua Apeninos 1088, fone 011 - 5908 4799, um curso sobre coleta de material em peixes preferido pela Dra. Agar Costa Alexandrino de Pérez [agarperez@gmail.com] e com apoio do Laboratório PROVET. Inscrições no CRMV – SP.

O papel da medicina veterinária na conservação da biodiversidade.



Paulo Magalhães Bressan

Nascimento: 26.06.1944. Médico Veterinário graduado pela Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, 1970. Pós-graduado em Saúde Pública Veterinária pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1979. Durante sua vida profissional, trabalhou nas seguintes instituições: Fazenda Haras Mondesir; Dow Chemical do Brasil; Eaton/Paraquímica S.A.; Laboratórios Andrômaco S.A.; Prefeitura do Município de São Paulo; Governo do Estado de São Paulo. Cargos ocupados: Diretor de Divisão no Departamento de Vigilância Sanitária de Alimentos da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (1978-1981); Assessor Técnico de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (1982-1985); Diretor do Departamento de Controle de Zoonoses da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo (1986-1994); Secretário Adjunto da Secretaria de Administração e Modernização do Estado de São Paulo (1995-2000); Diretoria de Administração da Fundação Pró-Sangue de São Paulo - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (2000-2001); Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2001-2004); Subprefeito da Lapa - Prefeitura do Município de São Paulo (2005-2007); Diretor Presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2007-).

Na medida em que as questões ambientais ganham relevância para a sociedade, assumem status de lei e passam a integrar as políticas públicas, no campo da conservação da biodiversidade, que hoje é um setor em franca expansão, começam a surgir boas e novas oportunidades de trabalho. O problema, segundo especialistas, é a escassez de profissionais qualificados para atuar a campo em projetos de conservação da fauna silvestre, em particular aqueles com formação em medicina veterinária.

Reportagem de Maria A. Medeiros.

Para falar sobre o assunto, a Academia Paulista de Medicina Veterinária convidou o diretor-presidente da Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), o veterinário Paulo Magalhães Bressan. Nesta entrevista, ele fala sobre o papel do médico veterinário ambientalista, as perspectivas no mercado de trabalho e a necessidade de se estabelecerem programas bem estruturados de formação acadêmica para esses profissionais.

APAMVET: Muitas pessoas ainda não conhecem o trabalho da Fundação na área da conservação da fauna silvestre. O sr. poderia falar um pouco sobre o assunto?

PAULO BRESSAN: A conservação é uma das competências previstas no Estatuto da Fundação. Portanto, desde a sua criação, em 1958, já estava claro que a Fundação não seria ape-



nas um parque com animais silvestres aberto à visitação. Entre as suas atribuições, estava prevista a criação de uma estação de pesquisa biológica voltada para a fauna nativa na sua área de implantação, isto é, dentro de um fragmento de Mata Atlântica. Naquela época, há mais de 50 anos, isso não refletia a visão da sociedade, mas o tempo passou e as pessoas co-

meçaram a perceber o quanto estavam comprometendo a própria sobrevivência não se preocupando com o ambiente. Quando assumimos a direção da Fundação, em 2001, nossa equipe – que foi a primeira diretoria executiva formada por veterinários – começou a discutir o papel da Fundação a longo prazo, como instituição que deveria participar dos processos de conservação da fauna. Essa discussão evoluiu internamente e nos levou à conclusão de que, sendo uma instituição vinculada à Secretaria de Esporte e Turismo, dificilmente a Fundação avançaria nesse objetivo. Foi então que surgiu a proposta de mudança para a Secretaria de Meio Ambiente, o que se efetivou em 2004. Essa nova situação nos deixou mais confortáveis para discutir dentro do governo a questão da conservação da fauna no Estado de São Paulo e propor políticas públicas nessa direção. Hoje a FPZSP participa ativamente da política ambiental do Estado, sendo responsável pelo projeto Fauna Silvestre da Secretaria de Meio Ambiente, que visa normatizar a proteção da fauna silvestre, instalar locais de recebimento de animais silvestres capturados e combater o comércio ilegal de animais.

APAMVET: Na mídia fala-se muito em conservação das florestas, mas pouco na conservação da fauna silvestre. Como o sr. vê essa questão?

P. B.: No debate político que se instalou no país e é notícia do cotidiano na mídia, a mata, isto é, a vegetação, aparece como referência da questão ambiental. Então nós perguntamos: será que as matas existiriam sem a fauna? Certamente não, porque os animais têm um papel essencial na manutenção das florestas, participando de vários processos como a polinização, a disseminação de

sementes etc. Portanto, uma floresta sem animais é uma floresta morta. Mas essa discussão já está tomando vulto e vemos que a imprensa e a sociedade já começam a olhar a fauna como parte essencial dos ecossistemas.

APAMVET: Estamos avançando de fato na proteção da fauna?

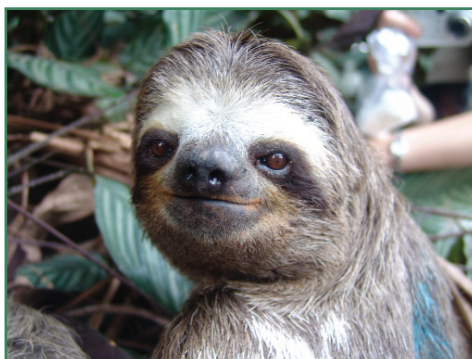
P. B.: Sim, só para citar um exemplo, no Estado de São Paulo a política ambiental está se consolidando e, a exemplo do que já acontece na Secretaria de Estado de Meio ambiente, que mantém uma equipe especializada na gerência de fauna, em muitos municípios estão sendo criadas secretarias ou departamentos de proteção ambiental, incluindo aí a questão da fauna local.

APAMVET: Que dificuldades ou desafios o sr. vê neste momento?

P. B.: Em relação à conservação da fauna, uma das dificuldades que percebemos hoje é a falta de profissionais qualificados para o trabalho de campo. Nós temos biólogos e alguns veterinários com experiência na fauna silvestre mantida em cativeiro, como os que trabalham aqui no Zoológico, mas existem pouquíssimos veterinários ambientalistas, que são os profissionais treinados para atuar com a fauna de vida livre. O problema é que no Brasil ainda não existe um programa específico para a formação desses profissionais. Nós entendemos que, assim como as universidades preparam seus alunos para cuidar dos animais de companhia ou dos rebanhos de valor econômico, elas devem começar a oferecer qualificação específica na área ambiental. Essa necessidade já começa a ser reconhecida e eu acredito que este seja um momento de virada, de mudança.

APAMVET: Qual é o papel da medicina veterinária na conservação da fauna silvestre?

P. B.: Isso já foi tema de vários encontros e congressos aqui na Fundação, porque nós identificamos que esses profissionais fazem muita falta nos programas de conservação in situ. O Brasil tem uma diversidade faunística muito grande, mas ainda pouco conhecida do ponto de vista da medicina veterinária. Carecemos de pesquisas nessa área, assim como de profissionais



capazes de avaliar o estado sanitário de certas populações, em especial as que se encontram em risco de extinção ou que estejam sendo afetadas pelas atividades humanas, e orientar a tomada de decisões. Para ser realmente efetivas, as ações de conservação têm de levar em conta os vários aspectos ambientais envolvidos, e isso requer uma equipe multidisciplinar, capaz de agregar conheci-

mento de diversas áreas, como a botânica, a zoologia, a ecologia e também a medicina veterinária.

APAMVET: Quais seriam os principais campos de trabalho para esses profissionais?

P. B.: O leque de possibilidades é muito grande. No setor de empreendimentos, podemos citar como exemplo a obra do Rodoanel, no Estado de São Paulo. A construção desse sistema viário deve levar 20 anos, e ainda temos pelo menos 10 anos pela frente. Em torno dele, diversas outras obras terão de ser realizadas para completar os acessos aos municípios abrangidos no projeto, todos grandes empreendimentos que afetam diretamente a condição de equilíbrio ambiental, tanto do ponto de vista da vegetação como do ponto de vista da fauna que habita essas regiões. O que fazer com essa fauna? Em primeiro lugar, faz-se um levantamento faunístico dessas áreas para então decidir se os animais serão capturados e transportados para outro local. Aqui, o papel do biólogo é claro – ele faz a avaliação das espécies, identifica as espécies, faz o manejo, mas não está em sua competência atestar as condições sanitárias dessa fauna e decidir se esses animais podem ser transportados com segurança. Quando são capturados, os animais precisam receber atendimento e acompanhamento veterinário durante todo o processo de realocação.

Outros exemplos são as grandes barragens, que geralmente envolvem a captura de um grande número de animais, os empreendimentos imobiliários e industriais, como as usinas sucroalcooleiras e outros. Todas essas obras precisam também de licenciamento ambiental, o que exige a elaboração de um laudo de fauna com informações veterinárias.

APAMVET: Se faltam veterinários nesses projetos, devemos presumir que os laudos de hoje sejam deficientes ou incompletos?

P. B.: Sim. Hoje os laudos técnicos são muito completos no que diz respeito à vegetação, mas, com relação à fauna, eles pecam pela deficiência de informações. Os próprios empreendedores não dão muita importância para a questão da fauna porque eles sabem que do outro lado, nos órgãos fiscalizadores, também não existem profissionais em condições de avaliar corretamente esse laudo. Então, o próprio empreendedor não se preocupa muito, apesar de isso ser uma exigência legal. É claro que os biólogos fazem uma boa avaliação dentro da competência deles, mas na competência do veterinário não há quem faça. Dificilmente se encontra um laudo com acompanhamento de um veterinário, nem do lado do empreendedor, nem do lado



do órgão fiscalizador. Veja que só aí existe demanda para dois profissionais em um único projeto.

APAMVET: E quanto aos programas de conservação?

P. B.: É possível quase contar nos dedos das mãos os veterinários que atuam a campo prestando serviços e assessoria para as entidades conservacionistas. A de-

manda existe e a tendência é que aumente rapidamente. Nós já sentimos isso aqui na Fundação. Frequentemente somos chamados a participar de projetos e muitas vezes temos que recusar porque não temos capacidade operativa para tanto. Também temos feito um grande esforço para auxiliar o governo na sua política pública de gestão da fauna silvestre do Estado, mas às vezes não temos condições de atender a essa demanda. Outro campo em aberto são as Prefeituras do interior paulista, que certamente vão precisar de técnicos em sua estrutura organizacional para atender à legislação ambiental, sob pena de perder parte dos recursos a que têm direito. Essa é uma demanda que está aí, e é importante que os profissionais sejam treinados para isso.

APAMVET: Pode-se dizer então que esta é uma área bastante promissora.

P. B.: Sem dúvida. O mercado está absolutamente aberto, não há concorrência e os profissionais são bastante valorizados. Para se ter uma ideia, existe uma única profissional especialista em tamanduás, que é uma espécie nativa em risco de extinção e, portanto, alvo de grande interesse para a conservação. Essa veterinária, que é a dra. Flávia Miranda, hoje é respeitadíssima e muito requisitada no mundo inteiro. Não existe outra. Então, as perspectivas são muito boas, desde que o profissional perceba o seu real valor, pois ele é um elemento que está faltando no processo e ele é essencial a esse processo.

APAMVET: E quanto à questão da qualificação?

P. B.: Em primeiro lugar, é importante que as academias desenvolvam programas dentro de suas competências nas universidades para a formação desses profissionais. É a academia que tem competência para produzir programas bem estruturados. Do contrário, corremos o risco de se estabelecerem fora delas programas de conteúdo duvidoso. Enquanto isso não ocorre, a alternativa para os interessados é buscar formação em instituições do terceiro setor voltadas para a conservação. Sabemos que o nosso profissional veterinário tem grande capacidade de aprendizado quando colocado à prova no campo. Então, é uma questão de treinamento, porque ele já tem uma base teórica que lhe permite evoluir e ser reconhecido no mercado de trabalho.



Quem somos e como chegamos lá!

Acadêmico Eduardo Harry Birgel

Há muito tempo, um grupo de Médicos Veterinários de São Paulo sonhava com uma Academia Paulista de Medicina Veterinária, a exemplo da Academia Brasileira e daquelas existentes em outros Estados, para reverenciar aqueles ilustres colegas que nos antecederam e, saudosamente, sobrevivem em nossas memórias e que, por suas atitudes e dedicação, nos legaram a significativa evolução e desenvolvimento das Ciências Veterinárias. Certo e oportuno seria atribuir a esses pioneiros Médicos Veterinários os avanços e a respeitabilidade de nossa Profissão. Há muito, a eles devíamos uma homenagem e, deste modo, nada mais oportuno e representativo seria designá-los e nomeá-los PATRONOS DAS CATEDRAS da almejada ACADEMIA PAULISTA DE MEDICINA VETERINÁRIA (APAMVET) e que serão ocupadas pelos cinquenta Acadêmicos dessa novel Instituição Cultural.

Por tais razões, numa das reuniões plenárias do CRMV-SP, precisamente a 27ª, realizada em 27 de novembro de 1997, o Professor Doutor Flávio Prada apresentou o pioneiro projeto de criação da Academia Paulista de Ciências Veterinárias, que aplaudido por todos participantes foi aprovado, por unanimidade, para posteriormente, a idéia ser legada ao esquecimento.

O nascimento da Academia Paulista de Medicina Veterinária, concretizou-se, finalmente, em 9 de setembro de 2004. Quando na cidade de Santos – São Paulo, durante a realização do 6º Congresso Paulista de Medicina Vete-

rinário, 59ª Conferência Anual da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária, 6º Encontro de Entidades de Classe de Profissionais da Medicina Veterinária com o apoio do Conselho Regional de Medicina Veterinária em São Paulo, foi instituída a Academia Paulista de Medicina Veterinária, por ação direta do Interventor Judicial do CRMV – SP – Professor Doutor Flávio Prada. Assim, considerou-se a data de 9 de setembro de 2004 como o dia do nascimento da APAMVET.

Na ocasião, decidiu-se que o CRMV-SP acolheria a novel Entidade, em suas dependências e iniciaria seus trabalhos pela ação de uma Comissão de Instalação da Academia Paulista de Medicina Veterinária (Resolução CRMV-SP nº 1.186, de 10 de janeiro de 2005), que coordenaria e daria início para a implantação legal e definitiva da APAMVET.

Neste marcante momento da história da Veterinária Paulista, almejou-se que a Academia se transformasse no local ideal para reuniões, confraternização e representasse o fermento científico do qual os jovens Veterinários pudessem fazer uso, à luz das realizações e propostas dos Acadêmicos, e neles espelharem-se para colaborar com ações positivas para um mundo melhor. Almejou-se, também que, nesse local, a convivência entre os pares fosse sempre amigável, ética e pacífica, contribuindo de forma permanente para a excelência da formação dos jovens e permitindo atuação de excelentes profissionais da Medicina Veterinária, para o pleno atendimento da sociedade Paulista e Brasileira.

academia paulista de medicina veterinária APAMVET

A posse da Academia Paulista de Medicina Veterinária

Nove de setembro de 2007

A posse dos Acadêmicos da Academia Paulista de Medicina Veterinária ocorreu às 18 horas do dia nove de setembro de 2007, no Auditório do Mendes Convention Center, em Santos-SP durante a realização do 34º CONBRAVET, reunindo os Médicos Veterinários de todo o Brasil.



A nova sede da Academia Paulista de Medicina Veterinária

Avenida liberdade n.º 834 – 3º andar

Após a plena implantação da APAMVET, por motivos estratégicos houve necessidade da mudança da sede da Academia. Com imediata e simpática aceitação da Presidência da

Sociedade de Medicina Veterinária, a APAMVET transferiu sua sede para a Avenida Liberdade 834 - 3º Andar – Berço da “célula mater” da Medicina Veterinária do Estado de São Paulo. Neste local de velhas tradições de nossa profissão, realmente a APAMVET sente-se em casa e por tal razão sempre será grata à Diretoria da SPMV, especialmente ao seu ex-Presidente Zohair Saliem Sayegh. Somos, da mesma maneira, gratos ao Conselho Regional de Medicina Veterinária em São Paulo, tanto quando dirigido por Interventoria Judicial, com atualmente com a nova Diretoria eleita e conduzida pelo colega Francisco Cavalcante de Almeida.

A ÍNTEGRA DO TEXTO SOBRE A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA ENCONTRA-SE NO SITE DA APAMVET.



Cuidados intensivos em cães e gatos

Andreza Conti-Patara

UTI-Vet Support / Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa.

Silvia Renata Gaido Cortopassi

Profa. Livre Docente da FMVZ-USP

A relação entre o proprietário e seu animal de estimação tornou-se bastante estreita nos últimos anos. Estes proprietários mostram-se dispostos a oferecer melhor assistência médica veterinária aos seus animais de companhia. A internação para tratamento intensivo muitas vezes define o prognóstico bem como acelera e assegura a recuperação pós-operatória.

Ainda que recentemente os avanços tecnológicos corroborem com a monitoração de pacientes graves, é importante ressaltar a atenção integral do veterinário a estes pacientes, com o intuito de observar e intervir nas discretas alterações clínicas que podem ser letais.

O objetivo do tratamento intensivo é detectar alterações na função orgânica, antes que essas disfunções se tornem falência orgânica. Na admissão do paciente na UTI o foco do exame físico deve ser o sistema cardíaco e respiratório, priorizando a oferta de oxigênio aos tecidos. (HACKETT, 2009). Os exames complementares, a monitoração da hemodinâmica, da ventilação e da oxigenação suplementará as informações obtidas no exame físico (BOAG; HUGHES, 2005).

A monitoração hemodinâmica permite a detecção precoce de alterações nos parâmetros fisiológicos. Alterações estas que muitas vezes necessitam de intervenção terapêutica rápida (RHODES; GROUNDS; BENNET, 2005). Compreende desde os parâmetros obtidos com o exame físico até a observação eletrocardiográfica contínua, a monitoração da pressão arterial e da pressão venosa central, bem como as técnicas mais invasivas como a monitoração da pressão de oclusão da artéria pulmonar, raramente utilizada na medicina veterinária (WADDELL; BROWN, 2009).

Em pacientes graves, o decréscimo da pressão arterial pode significar perfusão inadequada de órgãos vitais como cérebro e rins (ANDREWS; NOLAN, 2006). Os métodos não invasivos incluem o sistema Doppler e o monitor oscilométrico. O Doppler mensura somente a pressão arterial sistólica (PAS) e seus valores são mais fidedignos que os valores fornecidos pelo método oscilométrico, especialmente quando se trata de

animais com hipotensão grave ou com taquiarritmias (BOAG; HUGHES, 2005). O método invasivo por meio da canulação de uma artéria fornece medidas mais acuradas. Valores de PAS abaixo de 90 mm Hg e de pressão arterial média menor que 60 mm Hg promovem hipoperfusão grave, necessitando de tratamento de urgência (BOAG; HUGHES, 2005). A pressão arterial é um parâmetro pouco sensível para determinar hipoperfusão de moderada a grave, uma vez que mecanismos compensatórios aumentam a frequência cardíaca e o volume sistólico com o objetivo de manter a pressão arterial dentro dos valores normais (BOAG; HUGHES, 2005). Assim, a pressão arterial deve ser avaliada em conjunto com outras variáveis clínicas e hemodinâmicas.

A pressão venosa central (PVC) é um parâmetro hemodinâmico comumente utilizado em terapia intensiva em pacientes submetidos à reposição volêmica. A PVC é mensurada por meio de um cateter inserido na veia jugular e localizado na veia cava intratorácica (Figura 1). Os valores normais de pressão venosa central estão entre 0 e 5 cm H₂O e refletem o equilíbrio entre o volume sanguíneo venoso central, a capacitância venosa e a função miocárdica direita (GOOKIN, 1999).

A mensuração do débito urinário avalia indiretamente o débito cardíaco, a perfusão esplâncnica e a função renal em pacientes graves. Valores anormais podem alertar sobre a existência de algum problema, bem como sobre a necessidade de ajustar a reposição volêmica destes animais. Os valores normais devem exceder 2 ml/kg/hora, mas vale ressaltar que a interpretação do débito urinário deve estar associada ao exame físico e a outros parâmetros avaliados (MATHEWS, 2006).

Segundo Rivers e colaboradores (2001 a), a ocorrência de hipoperfusão pode ser concomitante à melhora dos parâmetros clínicos rotineiros. Nestas situações, é importante avaliar as variáveis de oxigenação tecidual como a saturação venosa central de oxigênio (SvcO₂), obtida por meio da análise de gases no sangue venoso central (BOAG; HUGHES, 2005). No homem, a monitoração contínua da (SvcO₂) tem sido utilizada como guia



Figura 1. A - Radiografia torácica. A seta mostra o posicionamento do cateter venoso central. B – Curva da pressão venosa central. Hovet-USP. São Paulo, 2008.

para o tratamento de pacientes graves, demonstrando redução da mortalidade (RIVERS, 2001b).

Com a progressão da hipoperfusão, os tecidos sofrem hipóxia, desencadeiam o metabolismo anaeróbico produzindo lactato e promovendo acidose metabólica. A hipoperfusão sistêmica leve está associada a concentrações plasmáticas de lactato entre 2,5 e 4,9 mmol/L e hipoperfusão moderada a 5 e 7 mmol/L (BOAG; HUGHES, 2005). Entretanto, o lactato parece ser um marcador de perfusão tecidual tardio, uma vez que elevados níveis séricos só ocorrem quando a extração de oxigênio pelos tecidos já foi maximizada e a hipóxia tecidual persiste. Assim, o lactato deve ser avaliado em conjunto com outros marcadores de hipoperfusão tecidual (BOAG; HUGHES, 2005).

Assim como os níveis séricos de lactato, o déficit de base ou excesso de base também pode ser utilizado para monitorar de maneira indireta a hipoperfusão tecidual em pacientes graves (SMITH et al., 2001; KARAGIANNIS et al., 2006). Em geral, valores negativos (diferença ou déficit de base) indicam acidose metabólica, enquanto valores positivos indicam alcalose metabólica. (KARAGIANNIS et al., 2006).

A administração intravenosa de fluidos é uma prática bastante comum em unidades de terapia intensiva com o intuito de restaurar o equilíbrio entre o oferta e o consumo de oxigênio tecidual (RIVERS et al., 2005; HOTCHKISS; KARL, 2003). Os cristalóides e os colóides são soluções comumente utilizadas durante o tratamento intensivo de acordo com a avaliação física do paciente e de seus exames complementares (GROCOTT; HAMILTON, 2002).

Quando a hipotensão arterial persiste após a reposição volêmica, é recomendada a terapia com vasopressores e fármacos inotrópicos com o intuito de elevar a pressão arterial e promover a manutenção do fluxo sanguíneo aos tecidos (BOLLER; OTTO, 2009). A dopamina, fármaco mais comumente utiliza-

do, atua na ativação dos receptores dopaminérgicos promovendo vasodilatação esplâncnica e maior fluxo sanguíneo aos rins e sistema gastrointestinal. Em doses de 5 a 10µg/kg/min, a dopamina estimula os receptores beta-adrenérgicos e em menor grau os receptores alfa-adrenérgicos. Assim, aumenta a contratilidade cardíaca e a frequência cardíaca com moderado aumento na resistência vascular sistêmica (MARIK, 2002).

A admissão em terapia intensiva de animais com distrição respiratória é bastante freqüente. A insuficiência respiratória ocorre quando a pressão parcial de oxigênio (PaO₂) é menor que 60 mm Hg com fração inspirada de oxigênio (FiO₂) acima de 50% ou pressão parcial de dióxido de carbono arterial acima de 50 mm Hg. Clinicamente o animal apresenta aumento da frequência e do trabalho respiratório, bem como alteração postural. A insuficiência respiratória pode ser hipoxêmica, secundária a doença que acomete o parênquima pulmonar como nos casos de pneumonias, edemas, e hemorragias pulmonares, ou hipercapnica, secundária a alterações no sistema nervoso central (SNC), músculos respiratórios e parede torácica como nos casos de overdoses de fármacos depressores do SNC, trauma crânio-encefálico, efusão pleural e pneumotórax entre outras (BARTON, 2009). Independente da causa da distrição respiratória, todos os animais devem receber suplemento de oxigênio via máscara ou cateter nasal. Se a causa da falência respiratória não pode ser rapidamente identificada e tratada como no caso, por exemplo, da drenagem da efusão pleural, o paciente deve ser intubado e submetido à ventilação mecânica. A monitoração deve ser realizada por meio da oximetria de pulso bem como pelos valores obtidos na gasometria arterial.

A manutenção da normoglicemia também é muito importante nos pacientes graves. A glicose é fonte de energia fundamental para o tecido do sistema nervoso que possui habilidade limitada na utilização de outros substratos (KOENIG, 2009).



Figura 2- Animal com caquexia que necessitava de intervenção cirúrgica. Recebeu nutrição parenteral no SIM-Hovet-USP durante 4 dias quando pôde ser anestesiado em melhor estado e com maior segurança.

O suporte nutricional é um componente fundamental embora muitas vezes subestimado durante o tratamento intensivo. Os animais graves desenvolvem balanço energético e protéico negativo que comprometem o sistema imunológico, tornando-os susceptíveis a infecções e aumentando a mortalidade. A avaliação física deve ser diária e a dieta planejada conforme o quadro clínico apresentado. A via de escolha é a enteral, no entanto em situações nas quais o trato gastrointestinal está comprometido, a via parenteral deve ser considerada (ELLIOT, 2009).

O prognóstico da doença de base, a resposta ao tratamento estabelecido, a qualidade de vida prévia e a possibilidade de qualidade de vida após a internação na UTI são fatores muito importantes para a tomada de decisão quanto a admissão na UTI e quanto a manutenção do tratamento intensivo. O médico veterinário deve estar apto a reconhecer e intervir em situações emergenciais, bem como garantir o bem estar animal.

Referências

- ANDREWS, F. J.; NOLAN, J. P. Critical care in the emergency department: monitoring the critically ill patient. *Emergency Medicine Journal*, v. 23, p. 561-564, 2006.
- BARTON, L. Respiratory failure. In: Silverstein, D. C.; Hooper, K. In: *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009. p. 64-66.
- BOAG, A. K.; HUGHES, D. Assessment and treatment of perfusion abnormalities in the emergency patient. *Veterinary Clinics Small Animal Practice*, v. 35, p. 319-342, 2005.
- BOLLER, E. M.; OTTO, C. M. Septic shock. In: Silverstein, D. C.; Hooper, K. In: *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009. p. 459-463.
- ELLIOTT, D. A. Nutritional assessment. In: Silverstein, D. C.; Hooper, K. In: *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009. p. 856-859.
- GOOKIN J. L.; ATKINS, C. E. Evaluation of the effect of pleural effusion on central venous pressure in cats. *Journal of Veterinary Internal Medicine*, v. 13, n. 6, p. 561-563, 1999.
- GROCOTT, M. P. W.; HAMILTON, M. A. Resuscitation fluids. *Vox Sanguinis*, v. 82, p. 1-8, 2002.
- HACKETT, T. B. Physical examination. In: Silverstein, D. C.; Hooper, K. *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009b. p. 249-254.
- HOTCHKISS, R. S.; KARL, I. E. The pathophysiology and treatment of sepsis. *New England Journal of Medicine*, v. 348, n. 2, p. 138-150, 2003.
- KARAGIANNIS, M. H.; RENIKER, A. N.; KERL, M. E.; MANN, F. A. Lactate measurement as an indicator of perfusion. *Compendium*, p. 287-298, 2006.
- KOENIG, A. Hypoglycemia. In: SILVERSTEIN, D. C.; HOOPER, K. *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009. p. 295-299.
- MARIK, P. E. Low-dose dopamine: a systematic review. *Intensive Care Medicine*, v. 28, n. 7, p. 877-883, 2002.
- MATHEWS, K. A. Monitoring fluid therapy and complications of fluid therapy. In: Di-Bartola, S. P. *Fluid, electrolyte and acid-base disorders in small animal practice*. 3. ed. St. Louis: Saunders, 2006. p. 377-391.
- RIVERS, E.; NGUYEN, B.; HAVISTAD, S.; RESSLER, J.; MUZZIN, A.; KNOBLICH, B.; PETERSON, E.; TOMLANOVICH, M. Early goal directed therapy in the treatment of severe sepsis and septic shock. *New England Journal of Medicine*, v. 345, n. 19, p. 1368-1377, 2001a.
- RIVERS, E. P.; ANDER, D. S.; POWELL, D. Central venous oxygen saturation monitoring in the critically ill patient. *Current Opinion in Critical Care*, v. 7, n. 3, p. 204-211, 2001b.
- RIVERS, E. P.; MCLINTYRE, L.; MORRO, D. C.; RIVERS, K. K. Early and innovative interventions for severe sepsis and septic shock: taking advantage of a window of opportunity. *Canadian Medical Association Journal*, v. 173, n. 9, p. 1054-1065, 2005.
- RHODES, A.; GROUNDS, R. M.; BENNET, E. D. Hemodynamic monitoring. In: Fink, M. P.; Abraham, E.; Vincent, J. L.; Kochanek, P. *Textbook of Critical Care*. 5. ed. Philadelphia: Elsevier Saunders, 2005. p. 735-39.
- SMITH, I.; KUMAR, P.; MOLLOY, S.; RHODES, A.; NEWMAN, P. J.; GROUNDS, R. M.; BENNETT, E. D. Base excess and lactate as prognostic indicators for patients admitted to intensive care. *Intensive Care Medicine*, v. 27, n. 1, p. 74-83, 2001.
- WADDELL, L. S.; BROWN, A. J. Hemodynamic monitoring. In: Silverstein, D. C.; Hooper, K. In: *Small animal critical care medicine*. St. Louis: Saunders, 2009. p. 856-859.

Terapia mediada por animais: Uma prática veterinária.

Profa Dra. Ceres Berger Faraco

Médica Veterinária, Dra. em Psicologia PUCRS/Universidade de Valencia,Espanha. Professora do Curso de Psicologia da FACCAT, Coordenadora Grupo de pesquisa INTERHA – Estudos da relação humano-animal. Presidente da AMVEBEEA – Associação Médico-Veterinária Brasileira de Bem-Estar Animal. Email: ceresfaraco@gmail.com . Av. Oscar Martins Rangel, 4500, Taquara, RS, CEP: 95600-000

Introdução

O uso dos animais como auxílio em atividades terapêuticas tem uma longa história, porém o uso extensivo, documentado e organizado é relativamente novo. Os programas que incluem animais já existem na Europa e América do Norte e, recentemente, estão sendo integrados às práticas de diversas instituições brasileiras visando benefícios terapêuticos, fisiológicos, psicológicos e psicossociais (BECK e KATCHER, 1984; FARACO, 2003).

Atualmente, essa especialidade tem sido empregada numa ampla variedade de contextos, como: terapias de grupo e individual, com pacientes externos ou em circunstâncias de internação, em escolas, em residências terapêuticas e para reabilitação física e social. Além dessas, na Saúde Mental há programas direcionados aos casos de: transtorno de ansiedade; transtornos alimentares; transtornos de humor; comportamentos obsessivos-compulsivos; estresse pós-traumático; déficit de atenção e hiperatividade; conduta opositiva/ desafiante; nos casos de abuso e dependência de drogas (FARACO et al, 2009).

Cabe ressaltar que devido a sua amplitude singular, há diferentes profissionais contribuindo para o desenvolvimento desta área: fonoaudiólogos, assistentes sociais, terapeutas de família, terapeutas ocupacionais, veterinários, enfermeiros, psicólogos, comportamentalistas, pedagogos, professores, médicos, entre outros. A natureza interdisciplinar e multidisciplinar destas atividades constitui um desafio adicional e uma oportunidade incomum para os profissionais potencialmente envolvidos nessa temática.

Para a Medicina Veterinária estas atividades terapêuticas abrem novos caminhos para o exercício profissional. Possibili-

dades essas, que demandam aquisição e adequação de habilidades específicas. Este texto, preenchendo uma lacuna na área em questão, aborda tópicos de interesse para o médico veterinário que atua ou deseja participar destas intervenções.

Os programas de intervenção com animais

A decisão de incluir animais com fins terapêuticos pressupõe que esses possam oferecer algo que as pessoas ou grupos alvos necessitem para melhorar sua vida significativamente, ou então, adicionar uma motivação especial para que sejam realizadas determinadas atividades ou tratamentos.

Os resultados esperados poderão ser de natureza variada: melhoria psicossocial, motivação para executar tarefas importantes ou até mesmo ajuda para realizar determinadas tarefas que são inalcançáveis para os beneficiários por seus próprios recursos. Deve ficar claro que não devemos esperar que um animal possa satisfazer as necessidades ou melhorar a vida de todas as pessoas. Fatores trans-geracionais e experiências de vida podem definir a possibilidade ou impossibilidade de contato humano com determinadas espécies animais ou raças.



Intervenção com porquinho da Índia (DOLZ ;FARACO, 2006)

Quando um profissional idealiza um programa de AAT para uma pessoa ou grupo, em cujo processo de tratamento será incluído um animal, objetivos concretos devem ser estipulados e adequados às peculiaridades de cada caso. A intervenção pode ser realizada por um profissional ou por uma equipe inter/multidisciplinar. No entanto, os cuidados higiênicos sanitários devem ser de responsabilidade de um médico veterinário, bem como a supervisão dos aspectos comportamentais do animal e as formas de interação com os pacientes alvos.

Aspectos éticos envolvidos

Os aspectos éticos devem estar relacionados a três perspectivas que muitas vezes são conflitantes no seu interesse: pessoas, animais e delimitação da intervenção. No que diz respeito às pessoas, nas nossas intervenções seguimos a Resolução do CFP Nº 016/2000 de 20 DE DEZEMBRO DE 2000 que orienta sobre a realização de intervenções com seres humanos.

Para as atividades educacionais seguimos as recomendações da Declaração do Rio de Janeiro sobre os Animais de Estimação nas Escolas, elaborada pela International Association of Human-Animal Interaction Organizations (IAHAIO), em 2001. Esta dispõe sobre as condições sanitárias, de segurança e de bem-estar dos animais e crianças. Neste documento, é enfatizada a importância da precisão de objetivos, da intervenção e do esclarecimento, junto às escolas e famílias, sobre os propósitos destes programas.

O início de cada programa implica em um acordo sobre as regras de convivência entre pessoas e animais e, nesse são previstos os cuidados com os animais (incluindo informações sobre o manejo adequado e o respeito com as características fisiológicas e comportamentais de cada espécie).

Os animais selecionados para estas atividades são considerados animais de serviço e devem ter um regime especial de participação. É preciso preservar o período de descanso, para evitar estresse, sendo estabelecidas áreas de isolamento em que o ruído, movimento e outros fatores ambientais sejam controlados.

Seleção dos animais

A seleção de animais tem como foco o princípio de quem recebe as atenções co-

-terapêuticas dos animais é portador de transtornos físicos ou mentais e poderá beneficiar-se através da inclusão destes como modalidade terapêutica complementar.

Muitos dos princípios que se empregam para selecionar animais de companhia em ambientes domésticos podem ser empregados em settings terapêuticos. Dentre esses, podemos salientar: os animais que participam de atividades devem ser saudáveis, ter o esquema de vacinação completo, padrão para a espécie, e tratamento antiparasitário. É de fundamental importância que cada animal seja avaliado no que diz respeito a sua estabilidade comportamental frente às mudanças de ambiente físico e social.

Existem inúmeras razões para a variação dos animais utilizados nas intervenções em relação à espécie, raça, e nível de treinamento. O contexto da atividade e os objetivos a serem alcançados são etapas básicas a detalhar, quer dizer, os animais serão facilitadores para exercícios, para aprendizagem, transmitirão segurança ou serão facilitadores sociais? Estas e outras questões devem ser respondidas já no planejamento.

É necessário conhecer amplamente as espécies, sendo um erro básico escolhê-las pela afinidade do profissional/equipe ou pela sua disponibilidade, sem levar em conta todos os aspectos envolvidos no contexto. Os cães, sem sombra de dúvida, são os mais frequentemente utilizados, mas cabe salientar, que as diferentes raças ou as cruzas entre elas somadas as experiências de vida de cada animal, podem resultar em indivíduos com comportamentos opostos, por ex: agressividade ou tolerância, ser submissos ou dominadores e serem brincalhões ou pacatos. Reiteramos que as avaliações comportamentais são também responsabilidade dos veterinários (WENG et.al,2006).

É indispensável o controle sanitário dos animais, detectando manifestações clínicas precoces de enfermidades infecciosas e de patologias comportamentais. A avaliação periódica por um médico-veterinário é obrigatória, assim como devem ser elaborados protocolos preventivos e de manejo desde a etapa de planejamento destas atividades.

Modelo de programa e resultados

Título: Desenvolvimento pró-social na infância



(DOLZ e FARACO (2007))



(FARACO (2002))



(DOLZ e FARACO, 2007)



(DOMINGUEZ e FARACO, 2009)

Equipe profissional: psicóloga, veterinária e voluntários

Público -alvo: crianças de 4 a 12 anos

Áreas trabalhadas: auto-estima, habilidades sociais, auto-controle e r

Variáveis estudadas:

Conduta pró-social: CP,

Instabilidade Emocio-

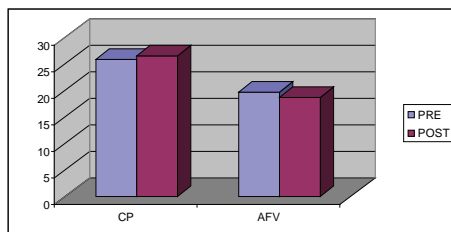
nal: IE; Agressão Física ou Verbal: AFV e Empatia: Emp

Resultados: Dados coletados antes e depois das intervenções com os professores e crianças participantes

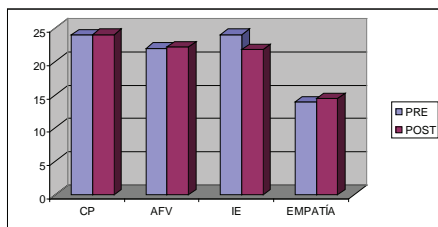


(DOLZ e FARACO, 2006)

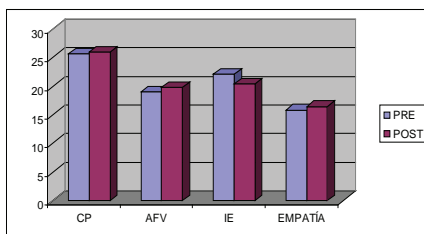
Professores



Meninos



Meninas



Segundo avaliação dos professores houve diminuição de agressão física e verbal e não houve alteração percebida quanto ao comportamento pró-social. Na avaliação dos meninos houve uma redução da instabilidade emocional e

incremento de empatia e na percepção das meninas houve um incremento de empatia e o decréscimo da instabilidade emocional. Tais resultados demonstram que alguns aspectos do comportamento infantil podem ser beneficiados por estes programas.

Considerações finais:

Para concluir, consideramos ser muito promissora a implantação de programas adequadamente planejados de intervenção mediada por animais como modalidade terapêutica complementar, e a conseqüente divulgação dos resultados obtidos. A incipiente publicação de resultados consistentes é ainda o imenso desafio a ser superado no nosso país.

Os desafios futuros incluem a participação imprescindível de médicos veterinários nas equipes para exercer a responsabilidade e a supervisão dos animais participantes. Além disso, é essencial que esses profissionais estejam capacitados para contribuir nas diferentes fases destas atividades, ou seja, do planejamento à análise de resultados. Conhecimentos sobre Etologia e Antrozologia são requisitos indispensáveis para associar aos conhecimentos básicos sobre clínica e saúde pública. É um novo campo profissional da Medicina Veterinária e, para ser desenvolvido, necessitará do esforço conjunto entre profissionais, entidades de classe e academia.

REFERÊNCIAS:

- BECK A.M. & KATCHER A.H. A new look at pet-facilitated therapy. *Journal of the American Veterinary Medical Association* 184, 414-420, 1984.
- FARACO, C. B. *Animais em sala de aula: um estudo das repercussões psicossociais da intervenção mediada por animais. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.*
- FARACO, C. B.; PIZZINATO, A.; CSORDAS, M. C, MOREIRA, M. C; ZAVASCHI, M. L. S; SANTOS, T; OLIVEIRA, V. L. S; BOSCHETTI, F. L; MENTI, L. M. *Terapia mediada por animais e Saúde Mental: um programa no Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência em Porto Alegre. Saúde Coletiva, n.34, p.231-236,2009.*
- WENG, HSIN-YI; KASS, P. H.; HART, L. A.; CHOMEL, B. B. *Risk factors for unsuccessful dog ownership: An epidemiologic study in Taiwan. Preventive Veterinary Medicine, v. 77, n. 1-2, p. 82-95, 2006*
- WOOD, L, GILES-CORTI, B. BULSARA, M. *The pet connection: Pets as a conduit for social capital? Social Science & Medicine* 61, 1159-1173, 2005.

Revista de Educação Continuada em Veterinária e Zootecnia
 Órgão de divulgação técnica do CRMV-SP
 Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

01. As colaborações enviadas à Revista de Educação Continuada em Veterinária e Zootecnia na forma de artigos, pesquisas, nota prévia, comentários, atualizações bibliográficas, relatos de casos, notícias e informações de interesse para a classe médica veterinária e de zootécnicos devem ser elaboradas utilizando softwares padrão IBM/PC (textos em Word for DOS ou Winword, até versão 2007; gráficos em Winword até versão 2007, Power Point ou Excel 2007) ou Page Maker 7, ilustrações em Corel / Draw até versão X3 (verificando para que todas as letras sejam convertidas para curvas) ou Photo Shop até versão CS4.
02. **Revisão:** Os artigos de revisão tem estrutura livre, de acordo com os objetivos do(s) autor(es) e da Revista, o artigo de Revisão deve apresentar avaliações críticas sistematizadas da literatura sobre determinado assunto. De preferência, a estrutura deve contemplar o resumo, a introdução e os objetivos, as fontes consultadas, os critérios adotados, a síntese dos dados, conclusões e comentários.
03. **Artigo Técnico:** Contribuição destinada a divulgar o estado da arte e da ciência em assuntos técnico-científicos que envolvem a Medicina Veterinária e Zootecnia. Trata-se de abordagem contemplando informações com o objetivo de educação continuada, uma vez que contribuições científicas com resultados de pesquisas originais devem ser publicadas em revistas especializadas e com corpo e perfil editorial específico. A estrutura é livre, devendo conter o resumo, a introdução, os objetivos do artigo e referências.
04. **Relato de caso:** Serão aceitos para publicação os relatos que atenderem os objetivos da educação continuada nas áreas da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Estrutura: Introdução, Descrição do Caso, Discussão e Conclusões, Referências.
05. **Ensaio:** Estudos teóricos de determinados temas apresentados sob enfoque próprio do(s) autor(es)
06. Com a finalidade de tornar mais ágil o processo de diagramação da Revista, solicitamos aos colaboradores que digitem seus trabalhos em caixa alta e baixa (letras maiúsculas e minúsculas), evitando títulos e/ou intertítulos totalmente em letras maiúsculas. O tipo da fonte pode ser Times New Roman, ou similar, no tamanho 12.
07. Os gráficos, figuras e ilustrações devem fazer parte do corpo do texto e o tamanho total do trabalho deve ficar entre 6 e 9 laudas (aproximadamente 9 páginas em fonte TNR 12, com espaço duplo e margens 2,5 cm). No caso de artigos de revisão, em casos excepcionais, o tamanho total do trabalho poderá ser superior a nove páginas.
08. Do trabalho devem constar: o nome completo do autor e coautores, nome completo das instituições às quais pertencem, summary, resumo e palavras-chave.
09. As referências bibliográficas devem obedecer às normas técnicas da ABNT-NBR-6023 e as citações conforme NBR 10520, sistema autor-data.
10. Para a garantia da qualidade da impressão, são indispensáveis as fotografias e originais das ilustrações a traço. Imagens digitalizadas deverão ser enviadas mantendo a resolução dos arquivos em, no mínimo, 300 pontos por polegada (300 dpi).
11. O primeiro autor deverá fornecer o seu endereço completo (rua, no, CEP, cidade, estado, país, telefone, fax e e.mail), o qual será o canal oficial para correspondência entre autores e leitores.
12. Os trabalhos deverão ser encaminhados exclusivamente on-line para comunicação@crmvsp.org.br
13. Recebido o trabalho pela Redação, será enviada declaração de recebimento ao primeiro autor, no prazo de dez dias úteis. Caso não ocorra, comunicar-se com a comunicação do CRMVSP pelo telefone: 011-5908-4772.
14. Arquivos que excederem a 1MB deverão ser enviados zipados (Win Zip ou WinRAR)
15. Será necessário que os colaboradores mantenham seus programas anti-vírus atualizados.
16. As colaborações técnicas serão devidamente analisadas pelo Corpo Editorial da revista e, se aprovadas, será enviada ao primeiro autor declaração de aceite, via e.mail.;
17. As matérias serão publicadas conforme ordem cronológica de chegada à redação. Os autores serão comunicados sobre eventuais sugestões e recomendações oferecidas pelos consultores.
18. Não serão remetidos trabalhos via fax.
19. As matérias enviadas para publicação não serão retribuídas financeiramente aos autores, os quais continuarão de posse dos direitos autorais referentes às mesmas. Parte ou resumo DCE matérias publicadas nesta revista, enviadas a outros periódicos, deverão assinalar obrigatoriamente a fonte original.
20. Quaisquer dúvidas deverão ser imediatamente comunicadas à Redação pelo e.mail comunicação@crmvsp.org.br

O CRMV – SP prepara, em setembro, o relançamento da Revista de Educação Continuada em Veterinária e Zootecnia.

Edição nº 1 – Janeiro/Fevereiro – 2010

Esta revista será, sem dúvida, um precioso instrumento para o aperfeiçoamento profissional dos médicos veterinários e zootecnistas do Estado de S. Paulo.



Veja na 3ª capa as normas para apresentação de material técnico e de divulgação.

Mande seu trabalho por e-mail ao endereço comunicação@crmvsp.org.br



Um
nova
revista

